



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 15/2016 (PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º MPPR-0103.16.000551-0)

DESTINATÁRIOS:

- 1 – Ao Excelentíssimo Senhor EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN,
DD. Prefeito Municipal de Paranaguá.
- 2 – Ao Ilustríssimo Senhor LEOVALDO BONFIM PINTO,
M.D. Secretário Municipal de Saúde de Paranaguá.
- 3 – À Ilustríssima Senhora IZABELLA FREZA NEIVA DE MACEDO,
M.D. Procuradora-Geral do Município de Paranaguá.
- 4 – À Ilustríssima Senhora LILIAN DE SOUZA RODRIGUES,
M.D. Controladora-Geral do Município de Paranaguá.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; artigo 120, incisos II e III, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93; e artigo 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 85/99, e

CONSIDERANDO que, em razão de representação realizada pelo Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, restou instaurado pela 4ª Promotoria de Justiça de Paranaguá o Procedimento Administrativo n.º MPPR-0103.16.000551-0, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a destinação dada pela Secretaria Municipal de Saúde aos valores arrecadados a título de Taxa de Vigilância Sanitária.

Jose

06/10/16

16:20 hrs



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que no curso do citado procedimento a auditoria realizada pelo Núcleo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Estado do Paraná verificou possíveis ilegalidades no gerenciamento e aplicação de recursos públicos municipais provenientes da Taxa de Vigilância Sanitária do Município de Paranaguá, entre os anos de 2013 e 2016, conforme Relatório de Auditoria n.º 06/2016 (em anexo), restando consignado:

Ante o exposto, pode-se concluir que parte dos recursos arrecadados a título da Taxa de Vigilância Sanitária foi utilizada para pagamentos de outras despesas, e parte encontra-se sem destinação pela Municipalidade, de acordo as seguintes constatações:

A diferença entre o total de ingressos na conta-corrente e o total de desembolsos relacionados a tais recursos, de janeiro de 2013 a agosto de 2016, é equivalente a R\$ 7.403.364,81 (sete milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos):

| RESULTADO | TOTAL |
|----------------------|--------------|
| Receitas Arrecadadas | 8.521.019,78 |
| Despesas Pagas | 1.117.654,97 |
| Saldo disponível | 7.403.364,81 |

No entanto, foi repassado para conta-corrente n.º 91.288-3 – FMS TX VIG SANITARIA apenas R\$ 1.945.158,29 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos). O saldo desta conta em agosto de 2016, com respectivos rendimentos, é de R\$ 2.130.444,71 (dois milhões, cento e trinta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos).

A diferença para completar o saldo disponível na conta, de acordo as receitas arrecadadas menos despesas pagas, é de R\$ 5.458.206,52 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais e cinquenta e dois centavos). Este valor deveria constar na conta na conta-corrente n.º 57.173-1 – PT E PODER POLÍCIA, sendo que nela entram os pagamentos dos contribuintes. Contudo, seu saldo financeiro é de apenas R\$ 954.973,98 (novecentos e cinquenta e quatro mil,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

novocentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos). Logo, pode-se entender que foram utilizados recursos desta conta para pagamento de outras despesas.

Ademais, não é possível afirmar que as despesas pagas com os recursos vinculados aos créditos orçamentários da Taxa de Vigilância Sanitária (vínculo 1510 e subfunção 304) estão efetivamente associadas às ações de Vigilância Sanitária, visto que, 53,36% do total dispendido refere-se a gastos comuns como telefonia, energia elétrica, vale-transporte e aquisição de veículos, e, os históricos das respectivas notas de empenho não trazem informações suficientes para correlacionar tais despesas.

CONSIDERANDO que a Taxa de Vigilância Sanitária em questão é objeto de regulamentação pela legislação local, assim dispondo o artigo 106 da Lei Complementar Municipal n.º 110/2009:

Os recursos financeiros, arrecadados pelas taxas de vigilância sanitária, que integram a gestão financeira do sistema único de saúde nos termos do art. 32, inciso V, e do artigo 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, serão depositados em subcontas especiais, vinculadas à conta do fundo municipal de saúde e movimentados pelo gestor do fundo municipal de saúde, sob a fiscalização do conselho municipal de saúde, para a realização das finalidades do serviço de vigilância sanitária.

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que o gerenciamento e a aplicação inadequada de recursos públicos municipais, assim como a sua destinação para finalidade diversa da prevista pela legislação em vigor, pode caracterizar, sem prejuízo da responsabilidade criminal, a prática de atos de improbidade administrativa, à luz do artigo 10 da Lei n.º 8.429/92:



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e, notadamente, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício (artigo 11, *caput* e inciso II, da Lei n.º 8.429/92).

CONSIDERANDO que do princípio constitucional da legalidade decorre o princípio da autotutela, que se trata de poder-dever da Administração Pública em controlar seus próprios atos, anulando-os quando eivados de ilegalidade, na forma do artigo 53 da Lei n.º 9.784/99 (*A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos*) e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e constitui função institucional sua zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, na forma do que estabelece o artigo 127, *caput*, e o artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal.

Expede a presente **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, a fim de que seja observado o seguinte:

I – Ao Prefeito Municipal de Paranaguá e ao Secretário Municipal de Saúde que **adotem imediatamente as providências necessárias para regularizar o gerenciamento e aplicação dos recursos públicos provenientes da Taxa de Vigilância Sanitária**, prestando os devidos esclarecimentos por escrito ao Ministério Público, acompanhados de prova documental, quanto à solvência das seguintes ilegalidades:

a) não aferição do saldo de R\$ 5.458.206,52 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais e cinquenta e dois centavos) na conta relacionada aos recursos;

b) não comprovação de que despesas pagas com os recursos vinculados aos créditos orçamentários da Taxa de Vigilância Sanitária foram efetivamente associadas às ações de Vigilância Sanitária, mormente porque se verificou que 53,36% do total dispendido refere-se a gastos comuns, como telefonia, energia elétrica, vale-transporte e aquisição de veículos, além de que os históricos das respectivas notas de empenho não trazem informações suficientes para correlacionar tais despesas.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

II – À Procuradora-Geral do Município de Paranaguá e à Controladora-Geral do Município de Paranaguá que tomem as providências cabíveis no âmbito de suas atribuições para verificação das ilegalidades narradas e seu saneamento, abstendo-se de executar atos que contrariem o conteúdo da presente Recomendação Administrativa.

III – Fica estabelecido o **prazo de 15 (quinze) dias**, a partir do recebimento desta, para manifestação de cada um dos destinatários acerca das medidas adotadas para fiel cumprimento da Recomendação, **a qual deverá ser digitalizada e inserida no Portal da Transparência** da Prefeitura Municipal de Paranaguá, para conhecimento da população.

IV – Restam os destinatários devidamente advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação Administrativa, a partir de sua cientificação pessoal quanto aos seus termos, implicará caracterização de dolo manifesto em violar a legislação vigente e o regime jurídico-administrativo que consagra a supremacia do interesse público, ensejando, por conseguinte, a possibilidade de responsabilização criminal e também cível pela prática de atos de improbidade administrativa, sem prejuízo da tomada de medidas judiciais para ressarcimento ao Erário municipal.

Cópia desta Recomendação Administrativa será encaminhada à Câmara Municipal de Paranaguá e ao Observatório Social de Paranaguá, para ciência de seus termos, **sem prejuízo da representação que será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná por este Promotor de Justiça para que haja a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos agentes municipais envolvidos.**

Paranaguá, 05 de outubro de 2016.


LEONARDO DUMKE BUSATTO,
Promotor de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio técnico Especializado – Paranaguá

AUTOS: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MPPR-0103.16.000551-0
ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DA COMARCA DE PARANAGUÁ
CONTEÚDO: 1 VOLUME
SOLICITANTE: DR. LEONARDO DUMKE BUSATTO
LOTAÇÃO: PARANAGUÁ-PR
OBJETO: ACOMPANHAR E FISCALIZAR A DESTINAÇÃO DADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AOS VALORES ARRECADADOS A TÍTULO DE TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

INICIADO: 24/08/2016
CONCLUÍDO: 30/09/2016

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº. 006/2016

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de solicitação encaminhada pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaguá para analisar e verificar a aplicação dos recursos arrecadados a título de Taxa de Vigilância Sanitária por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

Foram apreciados os documentos presentes no Procedimento Administrativo nº MPPR-0103.16.000551-0, assim como, extratos bancários e relatórios contábeis enviados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá e informações extraídas do Portal da Transparência do Município.

2. ANÁLISE

2.1 Da origem da Taxa de Vigilância Sanitária – Receitas

Em exame, cumpre inicialmente registrar que a receita de Taxa de Vigilância Sanitária está regulamentada pela Lei 110 de 18 de dezembro de 2009, que estabelece em seu art. 106:



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado 13ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado – Paranaguá

“Os recursos financeiros, arrecadados pelas taxas de vigilância sanitária, que integram a gestão financeira do sistema único de saúde nos termos do art. 32, inciso V, e do artigo 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, serão depositados em subcontas especiais, vinculadas à conta do fundo municipal de saúde e movimentados pelo gestor do fundo municipal de saúde, sob a fiscalização do conselho municipal de saúde, para a realização das finalidades do serviço de vigilância sanitária.”

Embora o município de Paranaguá possua uma conta-corrente específica para movimentação de tais recursos (C/C nº 91.288-3 – FMS TX VIG SANITARIA), por questões operacionais na geração do boleto aos contribuintes, os valores arrecadados com a referida taxa são depositados em outra conta-corrente, a de nº 57.173-1 – PT E PODER POLÍCIA. Nesta última, entram todas as receitas de taxas vinculadas a fonte 510 (Taxas de Poder de Polícia), ou seja, não é uma conta exclusiva para taxa de Vigilâncias Sanitárias.

Assim sendo, na verificação dos extratos bancários da conta nº 91.288-3, observa-se que entre o período de janeiro de 2013 a agosto de 2016 existiram apenas duas movimentações financeiras (com origem da Prefeitura Municipal de Paranaguá). Uma transferência em fevereiro de 2014 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e outra em abril de 2016 no valor de R\$ 1.445.158,29 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Quanto ao efetivo ingresso financeiro dessa receita foi possível validar que todos os valores foram devidamente registrados nos livros contábeis, assim como, correspondem aos créditos presentes nos extratos bancários da conta nº 57.173-1 – PT E PODER POLÍCIA. O total de recursos arrecadado no período analisado foi R\$ 8.521.019,78 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, dezenove reais e setenta e oito centavos), conforme recebimentos anuais:

| RECEITAS | 2013 | 2014 | 2015 | 2016* | TOTAL |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ORÇADAS (atual) | 1.383.000,00 | 1.746.138,88 | 1.574.109,00 | 2.510.700,00 | 7.213.947,88 |
| ARRECADADAS | 1.658.497,34 | 2.185.496,64 | 2.151.958,70 | 2.525.067,10 | 8.521.019,78 |

* As informações de 2016 foram extraídas no início de setembro/2016.

O saldo financeiro que consta no extrato bancário da conta nº 57.173-1 – PT E PODER POLÍCIA, no fim de agosto/16, é de R\$ 954.973,98 (novecentos e cinquenta e quatro reais,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado – Paranaguá

noventa e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

2.1 Da aplicação da Taxa de Vigilância Sanitária – Despesas

De acordo com as informações encaminhadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá através do Ofício nº 780/2016, e de dados retirados do Portal da Transparência do Município, o total de empenhos e pagamentos que foram realizados no vínculo de recurso 1510 (Taxas Exercício Poder de Polícia) e Subfunção 304 (Vigilância Sanitária) foi de:

| DESPESAS | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | TOTAL |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ORÇADAS (atual) | 1.650.000,00 | 1.815.000,00 | 1.996.500,00 | 1.900.000,00 | 7.361.500,00 |
| EMPENHADAS | 530.744,43 | 162.804,42 | 539.392,16 | 146.337,89 | 1.379.278,90 |
| PAGAS | 353.442,32 | 87.834,80 | 250.205,59 | 426.172,26 | 1.117.654,97 |

* As informações de 2016 foram extraídas no início de setembro/2016.

Ao verificar a relação de pagamentos por credor, percebe-se que no período de análise houve gastos elevados com energia elétrica (Copel Distribuição S.A.), telefonia (OI S.A), Vale-transporte (Viação Rocio Ltda.) e aquisição de veículos (Servopa S/A comércio e Indústria), de acordo com o quadro abaixo:

| Credor | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total Pago | % total gasto |
|--|------------|-----------|------------|------------|--------------|---------------|
| ASSOC. DOS BARQUEIROS - BAIAS LITORAL NORTE DO EST. PARANA | | 3.149,00 | | | 3.149,00 | 0,28% |
| BANCO DO BRASIL S.A | 576,01 | | | | 576,01 | 0,05% |
| CAB - AGUAS DE PARANAGUA | 32.449,58 | | | | 32.449,58 | 2,90% |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 41,65 | | | | 41,65 | 0,00% |
| CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | 12.936,00 | 981,69 | | | 13.917,69 | 1,19% |
| CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LYDA | | | 13.312,85 | | 13.312,85 | 1,19% |
| CIRURGICA PARANA PRODUTOS MEDICOS E HOSP. LTDA - EPP | | | | 3.900,00 | 3.900,00 | 0,35% |
| QUINMAC COM. DE PECAS VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - ME | | | 1.441,16 | | 1.441,16 | 0,13% |
| COPEL DISTRIBUICAO S/A | 39.759,53 | | | 70.000,00 | 109.759,53 | 9,28% |
| DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN | 569,14 | | | | 569,14 | 0,05% |
| EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS | 119,10 | | | | 119,10 | 0,01% |
| GRAND PRIME ADMINISTRADORA DE SERVICOS | | | | 59.900,00 | 59.900,00 | 5,36% |
| INTERSOFT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA | | | | 12.839,95 | 12.839,95 | 1,15% |
| IRMAGO MUFFATO CIA LTDA | | | 7.799,22 | | 7.799,22 | 0,70% |
| DE PUBLICACOES LTDA | 368,00 | | | | 368,00 | 0,03% |
| MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A | 2.223,85 | | | | 2.223,85 | 0,20% |
| MICHELI DE SOUZA PEREIRA | 3.000,00 | | | | 3.000,00 | 0,27% |
| OIS S/A | 194.870,66 | | | 190.000,00 | 384.870,66 | 3,44% |
| PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS | | 1.422,79 | | | 1.422,79 | 0,13% |
| RENAVULT DO BRASIL S.A. | 34.800,00 | | | | 34.800,00 | 3,11% |
| SERVOPA S/A COMERCIO E INDUSTRIA | | | 131.200,00 | | 131.200,00 | 11,74% |
| VIAÇÃO MARUMBI | 44.284,80 | | | | 44.284,80 | 3,96% |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 80.737,05 | 1.659,26 | 29.591,00 | 54.509,00 | 166.516,31 | 14,90% |
| VIVO S/A | 2.731,86 | | | | 2.731,86 | 0,24% |
| ZERO RESÍDUOS S/A | | 81.022,12 | 66.961,36 | 135.023,31 | 283.006,79 | 25,32% |
| Total | 353.442,32 | 87.834,80 | 250.205,59 | 426.172,26 | 1.117.654,97 | 100,00% |

Os pagamentos por data, empenho e credor seguem discriminados:



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado

13ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado – Paranaguá

| PAGAMENTOS 2013 | | | | | |
|---------------------------------------|-------------|-----------|------------|-------------------|--|
| Credor | Empenho | N.º Ordem | Data | Valor Pago | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 94636 | 06/03/2013 | 220,80 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 94637 | 06/03/2013 | 412,80 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 94638 | 06/03/2013 | 441,60 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 94639 | 06/03/2013 | 275,50 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 100500 | 17/04/2013 | 275,60 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 115049 | 15/08/2013 | 159,00 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 119729 | 09/10/2013 | 220,80 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 119730 | 09/10/2013 | 551,20 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 119732 | 09/10/2013 | 222,60 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 119733 | 09/10/2013 | 275,60 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 122460 | 17/10/2013 | 216,75 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 122464 | 17/10/2013 | 211,20 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 126138 | 22/11/2013 | 214,20 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 132169 | 17/12/2013 | 4,28 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 65/2013 | 132353 | 17/12/2013 | 4,28 | |
| OI S.A. | 83/2013 | 94533 | 01/03/2013 | 35.402,98 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 85/2013 | 89290 | 27/02/2013 | 3.465,02 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 85/2013 | 94244 | 28/02/2013 | 36.518,18 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 135/2013 | 89456 | 06/03/2013 | 42,05 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 135/2013 | 122461 | 17/10/2013 | 178,75 | |
| VIVO S/A | 138/2013 | 94699 | 08/03/2013 | 1.056,43 | |
| VIAÇÃO MARUMBI | 142/2013 | 94703 | 08/03/2013 | 15.321,60 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 166/2013 | 119734 | 09/10/2013 | 1.335,60 | |
| VIVO S/A | 168/2013 | 100267 | 04/04/2013 | 833,78 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 169/2013 | 132387 | 21/12/2013 | 4,49 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 169/2013 | 132388 | 23/12/2013 | 4,49 | |
| OI S.A. | 432/2013 | 96414 | 20/03/2013 | 30.659,40 | |
| VIVO S/A | 447/2013 | 96448 | 20/02/2013 | 335,47 | |
| VIAÇÃO MARUMBI | 458/2013 | 94497 | 20/02/2013 | 14.044,80 | |
| OI S.A. | 461/2013 | 100268 | 04/04/2013 | 31.598,88 | |
| CAB - AGUAS DE PARANAGUA | 462/2013 | 101279 | 30/04/2013 | 11.531,64 | |
| TE PUBLICAÇÕES LTDA | 463/2013 | 101185 | 24/04/2013 | 368,00 | |
| VIVO S/A | 487/2013 | 100266 | 04/04/2013 | 506,18 | |
| COPEL DISTRIBUICAO S.A. | 506/2013 | 100812 | 22/04/2013 | 16.017,05 | |
| OI S.A. | 525/2013 | 100370 | 11/04/2013 | 5.273,32 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 809/2013 | 100501 | 17/04/2013 | 249,60 | |
| CAB - AGUAS DE PARANAGUA | 810/2013 | 101280 | 30/04/2013 | 8.206,97 | |
| CAB - AGUAS DE PARANAGUA | 862/2013 | 115757 | 27/08/2013 | 207,11 | |
| OI S.A. | 863/2013 | 100411 | 45/04/2013 | 1.937,28 | |
| MAMPRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A | 881/2013 | 100441 | 16/04/2013 | 2.223,83 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 808/2013 | 96465 | 15/04/2013 | 29,18 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 808/2013 | 417287 | 14/09/2013 | 1.401,02 | |
| VIAÇÃO MARUMBI | 904/2013 | 100700 | 19/04/2013 | 14.918,40 | |
| EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS | 1104/2013 | 101231 | 25/04/2013 | 119,10 | |
| VIAÇÃO RÓCIO LTDA | 1097/2013 | 103792 | 16/05/2013 | 33.782,40 | |
| COPEL DISTRIBUICAO S.A. | 1526/2013 | 103590 | 13/05/2013 | 17.737,33 | |
| CAB - AGUAS DE PARANAGUA | 1642/2013 | 115758 | 27/08/2013 | 12.503,86 | |
| RENAULT DO BRASIL S/A | 2646-0/2013 | 115238 | 19/08/2013 | 34.800,00 | |
| CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | 4142-0/2013 | 122718 | 25/10/2013 | 258,72 | |
| CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | 4142-0/2013 | 125170 | 06/11/2013 | 12.677,28 | |
| MICHELÍ DE SOUZA PEREIRA | 5121-0/2013 | 118946 | 24/09/2013 | 500,00 | |
| MICHELÍ DE SOUZA PEREIRA | 5122-0/2013 | 118947 | 24/09/2013 | 2.500,00 | |
| DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN | 5864/2013 | 175399 | 02/12/2013 | 514,44 | |
| DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN | 6603/2013 | 125537 | 08/11/2013 | 54,70 | |
| BANCO DO BRASIL S.A | 8991/2013 | 148610 | 30/12/2013 | 578,01 | |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 8992/2013 | 148611 | 30/12/2013 | 41,65 | |
| | | | | 353.442,32 | |

Printed on recycled paper - www.mpsp.org.br



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio técnico Especializado – Paranaguá

| PAGAMENTOS 2014 | | | | |
|---|-------------|----------|------------|------------------|
| Credor | Empenho | N. Ordem | Data | Valor Pago |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 65/2013 | 133638 | 16/01/2014 | 209,92 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 65/2013 | 133860 | 22/01/2014 | 209,92 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 65/2013 | 153568 | 26/06/2014 | 47,05 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 133602 | 10/02/2014 | 2,35 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 123939 | 04/02/2014 | 4,69 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 134331 | 06/02/2014 | 219,91 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 134332 | 06/02/2014 | 219,91 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 134440 | 13/02/2014 | 229,91 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 134751 | 25/02/2014 | 4,08 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 134774 | 21/02/2014 | 114,95 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 138888 | 13/03/2014 | 199,92 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 146739 | 05/05/2014 | 2,24 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 147579 | 14/05/2014 | 4,49 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 149367 | 19/05/2014 | 219,91 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 149369 | 19/05/2014 | 109,96 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 151253 | 25/06/2014 | 2,14 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 169/2013 | 153567 | 26/06/2014 | 57,91 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 138034 | 19/03/2014 | 2.133,86 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 138035 | 19/03/2014 | 703,88 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 138036 | 19/03/2014 | 175,96 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 139268 | 19/03/2014 | 14.583,20 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 140557 | 02/04/2014 | 731,51 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 140558 | 02/04/2014 | 241,30 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 140560 | 02/04/2014 | 60,32 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 143032 | 08/04/2014 | 4.999,31 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 146491 | 28/04/2014 | 942,64 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 146492 | 28/04/2014 | 332,89 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 146493 | 28/04/2014 | 83,22 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 147413 | 09/05/2014 | 647,71 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 147416 | 09/05/2014 | 58,88 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 147417 | 09/05/2014 | 223,53 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 147434 | 29/04/2014 | 6.963,59 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 148588 | 14/06/2014 | 4.958,14 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151245 | 25/06/2014 | 646,72 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151246 | 25/06/2014 | 235,17 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151247 | 25/06/2014 | 58,79 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151969 | 26/06/2014 | 696,15 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151971 | 26/06/2014 | 253,14 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 151972 | 26/06/2014 | 63,29 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 153569 | 26/06/2014 | 5.316,03 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 153570 | 26/06/2014 | 4.938,56 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 160639 | 20/08/2014 | 695,10 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 160642 | 20/08/2014 | 252,76 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 160645 | 20/08/2014 | 63,19 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 161285 | 21/08/2014 | 5.308,02 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 162985 | 01/09/2014 | 756,30 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 162986 | 01/09/2014 | 275,02 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 162987 | 01/09/2014 | 103,13 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 163327 | 02/09/2014 | 5.740,96 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 164706 | 22/09/2014 | 545,64 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 164707 | 22/09/2014 | 196,41 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 165350 | 23/09/2014 | 4.216,30 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 168434 | 23/10/2014 | 259,98 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 168442 | 23/10/2014 | 65,00 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 168545 | 28/10/2014 | 714,95 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 170069 | 30/10/2014 | 5.455,63 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 171793 | 24/11/2014 | 695,19 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 171794 | 24/11/2014 | 252,80 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 171795 | 24/11/2014 | 63,20 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 171797 | 24/11/2014 | 49,60 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 172086 | 23/11/2014 | 5.259,15 |
| ASSOC. DOS BARQUEIROS – BAÍAS LITORAL NORTE DO EST. DO PARANÁ | 6842-0/2013 | 147440 | 29/04/2014 | 726,00 |
| ASSOC. DOS BARQUEIROS – BAÍAS LITORAL NORTE DO EST. DO PARANÁ | 6842-0/2013 | 172172 | 01/12/2014 | 79,96 |
| ASSOC. DOS BARQUEIROS – BAÍAS LITORAL NORTE DO EST. DO PARANÁ | 6842-0/2013 | 173791 | 04/12/2014 | 2.343,04 |
| CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | 3404-0/2014 | 159306 | 08/08/2014 | 15,27 |
| CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | 3404-0/2014 | 160365 | 11/08/2014 | 366,36 |
| PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS | 6164-0/2014 | 165418 | 24/09/2014 | 1.422,79 |
| | | | | 87.834,80 |

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio técnico Especializado – Paranaguá

| PAGAMENTOS 2015 | | | | |
|--|-------------|----------|------------|------------|
| Creditor | Empenho | Nº Ordem | Data | Valor Pago |
| SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA | 8936-0/2014 | 179255 | 23/01/2015 | 32.800,00 |
| SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA | 8936-0/2014 | 179256 | 23/01/2015 | 32.800,00 |
| SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA | 8937-0/2014 | 179471 | 26/01/2015 | 32.800,00 |
| SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA | 8937-0/2014 | 179472 | 26/01/2015 | 32.800,00 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 218440 | 02/12/2015 | 589,82 |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 219710 | 02/12/2015 | 28.901,18 |
| CLINOMAQ COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMÓTORES LTDA - ME | 6160-0/2015 | 217673 | 20/10/2015 | 33,32 |
| CLINOMAQ COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMÓTORES LTDA - ME | 6160-0/2015 | 218010 | 23/10/2015 | 927,68 |
| CLINOMAQ COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMÓTORES LTDA - ME | 6159-0/2015 | 217425 | 15/10/2015 | 580,16 |
| IRMÃOS MUFFATO CIA LTDA | 6049-0/2015 | 208913 | 20/08/2015 | 7.799,22 |
| CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA | 804-0/2015 | 207372 | 30/07/2015 | 4.447,50 |
| CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA | 804-0/2015 | 208739 | 13/08/2015 | 8.865,35 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 175795 | 14/01/2015 | 779,68 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 175796 | 14/01/2015 | 283,52 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 175797 | 14/01/2015 | 70,88 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 178483 | 28/01/2015 | 601,20 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 178484 | 28/01/2015 | 218,62 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 178485 | 28/01/2015 | 54,65 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 178786 | 15/01/2015 | 5.953,93 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 179539 | 30/01/2015 | 4.590,94 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 180081 | 13/02/2015 | 581,98 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 180083 | 13/02/2015 | 211,63 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 182731 | 20/02/2015 | 4.497,11 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 187840 | 02/04/2015 | 304,07 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 187841 | 02/04/2015 | 110,57 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 187842 | 02/04/2015 | 27,64 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 189843 | 07/06/2015 | 2.322,01 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 192463 | 06/05/2015 | 822,56 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 192464 | 06/05/2015 | 299,11 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 192465 | 06/05/2015 | 74,78 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 194151 | 08/05/2015 | 6.281,40 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 194223 | 25/05/2015 | 539,83 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 194225 | 25/05/2015 | 245,38 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 194227 | 25/05/2015 | 61,34 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 198843 | 27/05/2015 | 5.287,85 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 199520 | 18/06/2015 | 204,33 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 199521 | 18/06/2015 | 51,08 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 202419 | 19/06/2015 | 4.852,96 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 204425 | 21/07/2015 | 508,45 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 204427 | 21/07/2015 | 231,42 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 204433 | 21/07/2015 | 57,78 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 207167 | 22/07/2015 | 4.980,64 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 208829 | 21/08/2015 | 229,80 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 208862 | 21/08/2015 | 57,45 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 212305 | 26/08/2015 | 5.457,66 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 217154 | 14/10/2015 | 197,11 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 217293 | 15/10/2015 | 49,27 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 217461 | 15/10/2015 | 4.681,49 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 218199 | 07/12/2015 | 322,16 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 218200 | 09/12/2015 | 552,74 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 218265 | 07/12/2015 | 6.121,11 |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 218266 | 09/12/2015 | 4.185,52 |
| | | | | 250.205,59 |

fla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado – Paranaguá

| PAGAMENTOS 2016 | | | | | |
|---|-------------|----------|------------|-------------------|---------------------|
| Credor | Empenho | Nº Ordem | Data | Valor Pago | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 164 | 22/02/2016 | 931,61 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 7401-0/2013 | 704 | 22/02/2016 | 4.485,18 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 394 | 10/05/2016 | 1.574,61 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 395 | 10/05/2016 | 1.812,49 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 395 | 10/05/2016 | 963,88 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 502 | 27/07/2016 | 1.929,36 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 503 | 27/07/2016 | 771,64 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 516 | 02/08/2016 | 1.965,40 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 517 | 02/08/2016 | 3.309,30 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 523 | 29/08/2016 | 4.198,30 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2051 | 10/05/2016 | 12.050,09 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2052 | 10/05/2016 | 14.788,51 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2053 | 10/05/2016 | 7.376,44 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2715 | 27/07/2016 | 11.826,04 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2716 | 27/07/2016 | 4.819,93 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2818 | 02/08/2016 | 11.784,00 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2819 | 02/08/2016 | 24.783,76 | |
| ZERO RESÍDUOS S/A | 10814/2015 | 2840 | 29/08/2016 | 25.658,77 | |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 393 | 10/05/2016 | 463,05 | |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 397 | 10/05/2016 | 853,78 | |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 2050 | 10/05/2016 | 22.689,45 | |
| VIAÇÃO ROCIO LTDA | 7931/2015 | 2054 | 10/05/2016 | 30.502,72 | |
| COPEL DISTRIBUICAO S.A. | 7889/2015 | 405 | 02/02/2016 | 36.520,83 | |
| COPEL DISTRIBUICAO S.A. | 7889/2015 | 1561 | 05/04/2016 | 33.479,17 | |
| OI S.A. | 7839/2015 | 655 | 19/02/2016 | 30.521,32 | |
| OI S.A. | 7839/2015 | 1344 | 22/03/2016 | 30.869,65 | |
| OI S.A. | 7839/2015 | 1661 | 15/04/2016 | 28.609,03 | |
| GRAND PRIME ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS | 2064/2016 | 288 | 22/03/2016 | 6.384,00 | |
| GRAND PRIME ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS | 2064/2016 | 350 | 29/03/2016 | 3.200,00 | |
| GRAND PRIME ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS | 2064/2016 | 2023 | 22/03/2016 | 33.516,00 | |
| GRAND PRIME ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS | 2064/2016 | 2482 | 29/03/2016 | 16.800,00 | |
| INTERSOFT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA | 1955/2016 | 7061 | 08/07/2016 | 12.839,95 | |
| CIRÚRGICA PARANÁ PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP | 4863/2016 | 5975 | 10/05/2016 | 3.900,00 | |
| | | | | 426.172,26 | |
| TOTAL PAGO | | | | | 1.117.654,97 |

3. CONSIDERAÇÕES

Ante o exposto, pode-se concluir que parte dos recursos arrecadados a título da Taxa de Vigilância Sanitária foi utilizada para pagamentos de outras despesas, e parte encontra-se sem destinação pela Municipalidade, de acordo as seguintes constatações:

A diferença entre o total de ingressos na conta corrente e o total de desembolsos relacionados a tais recursos, de janeiro de 2013 a agosto de 2016, é equivalente a R\$ 7.403.364,81 (sete milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos):



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado
13ª Unidade Regional de Apoio técnico Especializado – Paranaguá

| RESULTADO | TOTAL |
|----------------------|--------------|
| Receitas Arrecadadas | 8.521.019,78 |
| Despesas Pagas | 1.117.654,97 |
| Saldo disponível | 7.403.364,81 |

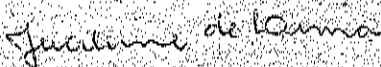
No entanto, foi repassado para conta-corrente nº 91.288-3 – FMS TX VIG SANITARIA apenas R\$ 1.945.158,29 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos). O saldo desta conta em agosto de 2016, com respectivos rendimentos, é de R\$ 2.130.444,71 (dois milhões, cento e trinta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos).

A diferença para completar o saldo disponível na conta, de acordo as receitas arrecadadas menos despesas pagas, é de R\$ 5.458.206,52 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais e cinquenta e dois centavos). Este valor deveria constar na conta na conta-corrente nº 57.173-1 – PT E PODER POLÍCIA, sendo que nela entram os pagamentos dos contribuintes. Contudo, seu saldo financeiro é de apenas R\$ 954.973,98 (novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos). Logo, pode-se entender que foram utilizados recursos desta conta para pagamento de outras despesas.

Ademais, não é possível afirmar que as despesas pagas com os recursos vinculados aos créditos orçamentários da Taxa de Vigilância Sanitária (vínculo 1510 e subfunção 304) estão efetivamente associadas às ações de Vigilância Sanitária, visto que, 53,36% do total dispendido refere-se a gastos comuns como telefonia, energia elétrica, vale-transporte e aquisição de veículos, e, os históricos das respectivas notas de empenho não trazem informações suficientes para correlacionar tais despesas.

É o relatório.

Paranaguá, 30 de setembro de 2016.


JUCILEINE DE LIMA
Auditora – Matrícula: 7862729
CRC-PR: 058826/O